SINPECPF

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA POLÍCIA FEDERAL

★ 20.09.2005

VALOR ADMINISTRATIVO

Edição VI - Julho de 2017 - O jornal que coloca o servidor administrativo da PF em primeiro lugar!

REESTRUTURAÇÃO JÁ!

Sindicato inicia campanha por valorização!

CONVÊNIOS

Saiba como utilizar o novo clube de vantagens do sidicato!

INFORME JURÍDICO

Fique por dentro dos andamentos das principais ações judiciais do sindicato

EDITORIAL

Éder Fernando da Silva
Presidente do SINPECPF

"Quem não é visto, não é lembrado", diz o ditado popular. Em dezoito meses de sindicalismo, percebi como é verdadeira essa máxima. Qualquer avanço, mesmo o mais singelo, só ocorre após muita luta e insistência. E tome reunião após reunião, ligação após ligação e muita saliva e sola de sapato gastas para cobrar que as promessas feitas para a categoria administrativa da PF sejam honradas.

Pensando nisso, o sindicato resolveu intensificar seus esforços na área de comunicação. Quando você estiver lendo este jornal, nosso novo site, mais bonito, interativo e moderno, já estará no ar. Outdoors com mensagens de apoio à valorização do servidor administrativo estarão nas ruas. Vídeos cobrando a reestruturação da carreira darão o recado nas redes sociais.

Infelizmente, essas iniciativas custam dinheiro, mas esse esforço é primordial para que a mensagem do sindicato seja ouvida e compreendida. Não devemos nos envergonhar de pedir melhores condições de trabalho pois, como mostra a capa desse informativo, somos nós, servidores administrativos, que mantemos a Polícia Federal de pé.

Mas esse esforço de nada adiantará se você, caro colega, não participar. Filie-se ao sindicato, compartilhe nossa mensagem e participe dos nossos atos. Quanto mais barulhentos formos, mais lembrados seremos.

EXPEDIENTE

SINPECPF SAUS Quadra 04 - Lote 09/10 Edifício Victoria Office Tower, Salas 403/406, Brasília DF,
CEP 70070-938 Fones: 0800-644-1178 e (61) 9172-2458

Impressão: Gráfica Brasília Tiragem: 2 mil exemplares

EQUIPE EDITORIAL

Presidente: Éder Fernando da Silva
Diretora de Comunicação: Fabiana Martins
Jornalista Reponsável: Luis Felipe Silva/Reg. Prof. 7049/DF
Projeto Gráfico: Luis Felipe Silva
Contato: comunicacao@sinpecpf.org.br

SINPECPF

SINDICATO NACIONAL SERVIDORES DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA POLICIA FEDEREAL

BEM VINDO AO NOVO CLUBE DE VANTAGENS SINPECPF

CONHEÇA SEU CLUBE

Geolocalização dos convênios.

Com o sistema integrado ao Google Maps, você pesquisa os convênios em sua região e ainda consegue traçar a rota para chegar até ele. Mais agilidade para você usar suas vantagens.

Mais de 450 empresas

São mais de 450 marcas com mais de 5 mil endereços para atendimento. Encontre tudo que precisa pertinho de você e ainda faça sugestões de novos convênios pelo próprio portal e conquiste mais benefícios no seu dia a dia.

Cashback com o viajanet

Acesse o Clube de Benefícios, faça sua cotação na área de turismo do nosso parceiro. Você pode receber 3% do valor da compra em sua conta corrente.

Além de todas as vantagens, você ainda consegue contato de forma muito mais ágil e fácil. São cinco canais de atendimento disponíveis para você:

- Fale conosco;
- Central 0800;
- WhatsApp;
- E-mail;
- Chat online.

Confira alguns de nossos principais parceiros.

NESPRESSO. FISK Mackenzie BAGAGGIO LATAM TRAVEL

DÚVIDAS? ENTRE EM CONTATO

Telefone: 0800 932 0000 no ramal (apenas telefone fixo)

WhatsApp: (61) 99354-6881

E-mail: atendimento@marktclub.com.br

Um dos outdoors instalados pelo sindicato nas proximidades do Aeroporto de Brasília.

BOCA NO TROMBONE

Sindicato coloca em prática ações de comunicação pedindo valorização da categoria

O mês de julho começou com nova paisagem nos arredores do aeroporto de Brasília. É que o SinpecPF escolheu a região para instalação de dois painéis com mensagens que cobram a valorização da categoria administrativa. A opção foi estratégica: a área é rota obrigatória para as autoridades que deixam ou chegam à capital federal. Todos eles serão expostos à mensagem do sindicato.

A iniciativa faz parte de uma nova campanha do sindicato que cobra a valorização do servidor administrativo da Polícia Federal. O projeto inclui produção de vídeos para as redes sociais, o lançamento de um novo portal na Internet e a realização de eventos com a participação das autoridades políticas.

"Poucas pessoas conhecem a realidade da categoria administrativa. Ainda é bastante comum sermos confundidos com os policiais federais", pontua o presidente Éder Fernando da Silva, explicando que um dos objetivos da nova campanha é justamente mudar esse quadro, tornando os servidores administrativos mais conhecidos da população.

Além dos outdoors, o sindicato já trabalha na produção de vídeos para a Internet. O conteúdo abordará a importância do servidor administrativo para a Polícia Federal, apoioando-se em dados e depoimentos. Várias pessoas já foram ouvidas, desde servidores da carreira, até superintendentes regionais, passando por lideranças classistas da categoria policial. Todos manifestaram sua preocupação com a situação da categoria e o desejo de ver os servidores administrativos mais valorizados dentro do órgão.

A opção pelas redes sociais se deve à relação custo-benefício das mesmas. "Veicular um vídeo na TV aberta é muito caro, especialmente se o alcance for nacional", explica o assessor de imprensa do sindicato, Luis Felipe Silva. "Nas redes sociais, o sindicato poderá explicar toda a questão sem ter de se procupar com limite de tempo e gastando muito menos", completa, citando como exemplo vídeo produzido no ano passado para enfatizar o trabalho da categoria durante os Jogos Olímpicos do Rio de

Janeiro. “Alcançamos mais de 150 mil pessoas a um custo ínfimo, de cinco a dez vezes menor que o valor que gastaríamos para veicular um anúncio em um jornal de grande circulação, veículos que atualmente não alcançam um público tão grande”, completa o assessor.

Outra iniciativa bem sucedida da campanha foi a realização de uma Audiência Pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal para debater a valorização dos servidores administrativos da segurança pública. O evento ocorreu no final de junho e, embora tenha sido promovido pelo Poder Legislativo local, contou com a participação do deputado federal Rôney Nemer (PP/DF) e do senador Hélio José (PMDB/DF).

No evento em questão, o presidente Éder Fernando apontou as ações que precisam ser tomadas na Polícia Federal. “Queremos a reestruturação da nossa carreira, a valorização dos nossos quadros e o reforço do quantitativo”, pontuou.

Éder também aproveitou a oportunidade para atacar o desvio de função de policiais para áreas administrativas, a terceirização irregular e o tratamento discriminatório muitas vezes praticado contra a categoria, a qual, como ele mesmo ressalta, é oferecido “apenas o ônus, nunca o bônus” por trabalhar em um órgão policial. Em resposta ao sindicalista, os parlamentares se comprometeram a repetir o debate no Congresso Nacional, no segundo semestre de 2017, convidando representantes do Governo Federal para que eles expliquem porque a reestruturação da carreira até hoje não saiu do papel.

O SinpecPF teve participação de destaque na Audiência Pública promovida pela CLDF para debater a valorização dos servidores administrativos

“Será uma oportunidade de ouro para passarmos o nosso recado e cobrarmos a valorização que tanto desejamos em um palanque de grande visibilidade”, avalia Éder, já convocando os colegas a comparecerem ao evento.

Com essas ações, Éder espera que as demandas defendidas pelo sindicato passem a tramitar com maior celeridade, especialmente a reestruturação da carreira, encaminhada ao Ministério da Justiça no final de julho. “A demanda precisa avançar com mais celeridade. Queremos que o projeto chegue ao congresso ainda em 2017”, explica Éder.

Vale lembrar que os últimos avanços obtidos pelo sindicato ocorreram justamente quando a categoria decidiu endurecer o tom. Desa forma,a a campanha do sindicato se torna ainda mais estratégica, especialmente em tempos nos quais o discurso político majoritário envolve corte de gastos no serviço público.

O último fator que definirá o sucesso ou não da campanha é a participação da categoria. O sindicato espera que os colegas compartilhem as mensagens nas redes sociais e participem de todos os atos possíveis. “O que está em jogo é o nosso futuro. Se quisermos mudar o quadro atual, devemos agir. Do contrário, não poderemos reclamar do nosso destino”, reflete o presidente.

Entre os entrevistados pelo sindicato está o presidente da Fenapef, Luis Antônio Boudens, que declarou apoio dos policiais federais à reestruturação.

*Informes sobre outras ações podem ser consultados em nosso site ou por telefone.

INFORME JURÍDICO

juridico@sinpecpf.org.br

Entre as principais atribuições do SINPECPF, está a defesa jurídica de seus filiados. Para garantir que essa expectativa seja atendida, o sindicato disponibiliza advogados que atuam em todos os ramos do direito, na defesa tanto dos filiados quanto de seus dependentes. Vale destacar que esse serviço de assistência jurídica pode ser requerido pelos filiados de qualquer local do país.

Neste espaço, relacionamos alguns dos principais processos coletivos em andamento:

Aposetadorias integralizadas com proventos proporcionais — Em estudo para propositura de nova ação coletiva, o SinpecPF avalia a possibilidade de que as aposentadorias proporcionais obtidas por servidores que ingressaram no serviço público antes da Emenda Constitucional 41 (31/12/2003) passem a computarnovo período de contribuição de inativos para melhoria dos proventos.

Quando a EC 41 foi publicada, vários servidores estavam aposentados com proventos proporcionais porque não tinham, ainda, o tempo mínimo de contribuição exigido (35 anos para homem e 30 anos para a mulher). Os exemplos clássicos são o do homem (a partir de 30 anos) e da mulher (a partir de 25 anos) que podiam requerer proventos proporcionais ao tempo de serviço ou de contribuição.

Ocorre que a partir de 20/05/2004, marco fixado na regulamentação da EC 41 pela Lei 10887/2004, os aposentados começaram a contribuir novamente sem um novo benefício à vista, desconsiderando-se que muitos já tinham os 20 anos de serviço público, 10 na carreira e 5 no cargo, além de preencherem a idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher) antes ou depois da referida emenda.

O quadro não exige interpretação alternativa ou extensiva, mas a mera leitura das regras de transição da reforma da previdência, nas quais tais aposentados poderiam se enquadrar a partir da contribuição para a inatividade, devendo a Administração converter seus benefícios proporcionais em integrais. Porém, essa providência não foi adotada, arcando os aposentados apenas com o prejuízo do débito de mais 11% em seus contracheques.

Se procedente a ação, qualquer filiado com modalidade de aposentadoria proporcional voluntária requerida até 30/12/2003 pode ter seus proventos recalculados para integralidade verdadeira e paridade plena, desde que contasse na época com pelo menos 20 anos no serviço público, 10 na carreira e 5 no cargo. Nesse caso, para cada ano de contribuição na inatividade, um ano a mais na proporcionalidade seria acrescentado até a integralidade aos 35 anos de contribuição para homens e 30 anos de contribuição para mulheres, verificando-se então a idade mínima compatível com as regras de transição (ordinariamente de 60 anos de idade para homens e 55 anos de idade para mulheres).

Indenização por demora na aposentadoria — Vários órgãos públicos levam meses para apreciar e deferir os pedidos de aposentadoria de seus servidores, gerando prejuízo equivalente aos proventos que esses servidores deixam de receber desde a data em que o requerimento de aposentadoria é protocolado.

Há, portanto, dano mensal, porque o trabalhador continua em atividade enquanto deveria receber proventos sem a necessidade de contraprestação laboral. Diante do dano, surge a responsabilidade do Estado e o dever de indenizar, por força do art. 37, § 6º, da Constituição Federal e dos arts. 186, 927 e 944 do Código Civil.

Em razão disso, o SINPECPF desenvolveu estratégia para viabilizar a indenização para cada filiado. Os interessados devem entrar em contato com o Departamento Jurídico do sindicato para agendar atendimento sobre o tema, trazendo cópia integral do Processo Administrativo em que a aposentadoria está sendo analisada ou, respeitado o prazo

prescricional de cinco anos do ato de aposentadoria, trazer cópia integral do processo de aposentadoria.

Auxílio Alimentação descontado entre 1996 e 2000 — Entre dezembro de 1996 e fevereiro de 2000, a Polícia Federal descontou da remuneração de seus servidores o auxílio-alimentação referente aos meses em que estes gozavam férias ou licenças remuneradas. À época, muitos filiados do sindicato ingressaram na justiça pleiteando o pagamento retroativo dos valores descontados indevidamente. A ação foi julgada procedente e o processo foi subdivido em 38 grupos, cada um com cerca de cinquenta servidores.

Até a data de fechamento desta edição, 36 grupos já tinham tido pagamento autorizado pela justiça. A lista dos servidores que tiveram os valores liberados e também a lista daqueles que necessitam apresentar termo de declaração autorizando o pagamento podem ser consultadas no site do SinpecPF Apenas dois processos ainda aguardam a liberação do pagamento pelo Tribunal.

Direito do servidor advogar — O SinpecPF acionou o Poder Judiciário para suspender os efeitos do inciso V do artigo 28 do Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/1994), de modo a permitir que os servidores administrativos da PF possam exercer a advocacia em paralelo ao desempenho de suas funções públicas. A ação tem natureza coletiva e abrange todos os filiados do sindicato bacharéis em direito.

Atualmente, o Estatuto da OAB classifica a advocacia como "incompatível" com cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente à atividade policial. Na avaliação do sindicato, a incompatibilidade deve ser declarada incidentalmente inconstitucional por restringir o exercício total da advocacia, opção claramente desproporcional.

Incorporação da GDATPF — O SINPECPF protocolou ação coletiva em favor dos servidores aposentados — amparados pela regra da paridade —, para que lhes seja incorporada a GDATPF sem a exigência de, no mínimo, 60 meses de avaliação de desempenho imposta pelo Governo Federal.

É importante frisar que a ação beneficia os colegas que se aposentaram sem completar 60 meses de avaliação individual. Aqueles que se apoentaram tendo completado o período exigido pelo governo já começaram a incorporar a GDATPF em seu proventos.

A administração justifica o não pagamento alegando que a GDATPF somente passaria a fazer parte dos proventos de aposentadoria se percebido pelo prazo igual ou superior a 60 meses, conforme ditaria a Lei 13.327/2016, que "facultou" a incorporação da gratificação de desempenho. Todavia, tal exigência não pode atingir aqueles servidores abarcados pelas regras de paridade.

A exceção para os servidores protegidos pela regra de paridade se dá em virtude do caráter genérico da verba, caracterizado pelo fato de que, quando ela foi instituída, o servidor não precisou passar por nenhum tipo de avaliação para percebê-la. O advogado também destaque que a Administração sequer considera o fato de que a gratificação em questão é resultado da transformação de outras parcelas de idêntica natureza jurídica, devendo o tempo em que essas foram percebidas ser levado em consideração pela Administração, tal qual o tempo da GDATPF em si.

COMO FAÇO PARA REQUERER O AUXÍLIO?

O serviço de assistência jurídica é facultado a todos os filiados do SINPECPF de qualquer lugar do Brasil.

Para solicitar a assistência jurídica o filiado tem de entrar em contato com o sindicato pelo e-mail *juridico@sinpecpf.org.br* ou pelo fone 0800-644-1178.

Nossos funcionários irão explicar como cada filiado deverá proceder para obter atendimento dos advogados contratados pelo sindicato.

Assim que os advogados recebem as demandas do SINPECPF, eles entram em contato com o filiado para informar como a defesa será feita.

A assistência abrange filiados e dependentes relacionados nos assentamentos funcionais da Polícia Federal.

Atualmente o SINPECPF mantém contrato com o escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues, que mantém equipe de advogados especializados em Direito Administrativo, atuando em todo o país em ações relacionadas à atividade funcional. Outras ações ficam à cargo de outros parceiros.

Em caso de dúvidas, entre em contato com o sindicato. Temos funcionários especializados em direito prontos para atendê-lo.

GRUPOelo saúde

SINPECPF

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA POLÍCIA FEDERAL

Temos a melhor opção para você, filiado ao SINPEC PF, cuidar da saúde de quem você ama.

Planos de Saúde

A partir de:

R$ 199,59*/**

*Válido para plano Básico, Seguros Unimed, faixa etária até 18 anos;

**Tabela vigente de maio de 2017 a abril de 2018.

É sempre bom tirar 1 dia para cuidar da saúde.
Nós tiramos 365 para cuidar da sua.

Conheça já os benefícios:

4007-1035

www.grupoelosaude.com.br

ANS - nº 00070-1

ANS - nº 41842-1